

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

17/07/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Emenda para base na CCJ atinge R\$ 141 milhões a 38 deputados

Dos 40 deputados que votaram pela rejeição do parecer que recomendava a abertura de investigação contra o presidente Michel Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, 38 tiveram R\$ 141 milhões em emendas parlamentares empenhadas. Esse valor corresponde ao período entre junho, após a divulgação da delação do empresário Joesley Batista, que foi usada na denúncia contra Temer, e as duas primeiras semanas deste mês, às vésperas da votação. As emendas parlamentares são os principais recursos destinados a deputados e senadores para que eles possam viabilizar obras e benfeitorias em seus redutos eleitorais. Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas individuais. O valor total previsto para emendas neste ano é de R\$ 6,3 bilhões.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 16/07/2017

## Aposentadoria pública e privada tendem a se unificar, dizem especialistas

O Brasil gasta com a Previdência de seus servidores parcela maior de seu PIB que os 34 países desenvolvidos reunidos na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Foram 3,5% do PIB no Brasil em 2016, contra 2,3% no Reino Unido, 1,5% na Alemanha e 0,8% nos EUA, relatam os pesquisadores do Ipea Rogerio Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero. Costanzi afirma que a integração dos regimes pode reduzir duplicações e aumento de custos com pagamento, manutenção dos benefícios e de dados e informações. "Mas, dado que não se começa do zero, deveria ser uma meta de longo prazo. O primeiro passo é harmonizar as regras entre os regimes." José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pesquisador do IBRE/FGV, concorda: "Não há mais razão para termos no país trabalhadores e aposentados, de primeira e segunda classe". Segundo ele, caberia alguma diferenciação para carreiras de Estado (juízes, auditores fiscais e policiais, por exemplo) para criar proteção ao desempenho de suas atividades. "Mas isso não exige Previdência em separado." O trabalho de Costanzi e Ansiliero mostra que só 4 dos 34 países da OCDE mantêm um esquema inteiramente separado para servidores civis: Bélgica, França, Alemanha e Coreia. Em todos os países do grupo, houve nos últimos 20 anos ao menos uma de quatro mudanças no sistema previdenciário público: 1) unificação com o sistema do setor privado, 2) aumento das restrições para aposentadoria antecipada, 3) aumento da contribuição e 4) aumento da idade de aposentadoria. Em vários deles, contudo, categorias como militares, bombeiros, policiais, professores e juízes mantiveram diferenças.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 17/07/2017

## Teto para todas as aposentadorias cortaria despesas em R\$ 50 bi/ano

O governo economizaria por ano ao menos R\$ 50 bilhões (em valores atualizados) em despesas da Previdência se todos benefícios já fossem limitados ao teto. O cálculo parte de estudo de Rogerio Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero, pesquisadores do Ipea. Eles usaram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2015 para estimar o efeito do teto nas contas do governo e na distribuição de renda. Hoje, o teto da Previdência (R\$ 5.531,31 em 2017) vale para trabalhadores do setor privado e servidores que ingressaram a partir de 2013 — desde que tenham acesso a previdência complementar. A União, onde estão os maiores salários, criou a Funpresp (fundo para servidores do Executivo e do Legislativo), que hoje tem 44,3 mil contribuintes — 6% dos cerca de 740 mil funcionários federais (incluindo civis e legislativos). A maioria dos Estados e a totalidade dos municípios não instituíram tal fundo. Se a reforma em discussão no Congresso for aprovada, todos eles terão prazo de dois anos para criar a previdência complementar. A partir daí o teto valerá para todo servidor contratado após 2013. Já os que ingressaram antes não terão seus benefícios limitados — o efeito, portanto, será no longo prazo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 17/07/2017

## Nova aposentadoria de servidor pode economizar R\$ 88 bi

As alterações feitas pelo governo para viabilizar a reforma da Previdência na Câmara aumentaram em mais de 40% a expectativa de economia com a aposentadoria de servidores públicos federais na próxima década. O texto aprovado pela comissão especial flexibilizou as regras para segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em relação à proposta original, mas endureceu para servidores públicos -que têm regras mais favoráveis e estão entre os principais críticos da reforma. Para o regime dos servidores da União, a expectativa era que o texto original gerasse R\$ 62 bilhões de economia de 2018 a 2027. Com as mudanças na Câmara, o número saltou para R\$ 88 bilhões. As projeções do Ministério da Fazenda foram obtidas pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação. A reportagem pediu os dados às assessorias de imprensa do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Previdência, mas não teve resposta. Em nota divulgada em abril, o Ministério da Fazenda comunicou apenas a redução de 24% na economia projetada com mudanças no INSS e na assistência social. Na ocasião, a pasta informou que não incluiu no cálculo o regime dos servidores, mas não explicou o motivo. Na avaliação de técnicos, o número daria munição a servidores públicos para pressionar mais ainda parlamentares e governo a manter regras mais favoráveis.

### MUDANÇA

A reforma da Previdência, que está com a tramitação parada diante da crise política, foi alterada de forma significativa na comissão especial. O relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA), aprovado em maio, mudou a proposta de cálculo do benefício dos servidores. Essa é uma das principais alterações que podem reduzir o valor gasto com futuras aposentadorias. Pelo novo texto, funcionários da União que ingressaram no serviço público antes de 2003 só terão direito à integralidade e à paridade se esperarem até 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). A integralidade concede benefício com valor igual ao do último salário. A paridade garante a correção da aposentadoria pelo mesmo índice dado aos funcionários ativos. De acordo com a alteração, aqueles que desejarem se aposentar antes dessa idade terão o benefício calculado com base na média das remunerações. Todas as mudanças dependem de aprovação pelo plenário da Câmara e pelo Senado para vigorar. Especialista em Previdência, Paulo Tafner estima que a restrição pode reduzir o valor do benefício em até 35%. Essa é uma das formas contidas na reforma para acabar com privilégios, diz. A aposentadoria de um servidor, segundo Tafner, é de sete a oito vezes maior que a do setor privado. No Judiciário, chega a ser 25 vezes superior.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 16/07/2017

## Contratações de fim de ano serão primeiro teste da reforma trabalhista

As contratações de fim de ano para atender a demanda do período de festas deverão ser o primeiro teste da reforma trabalhista, com a adoção do contrato de jornada intermitente nas vagas temporárias que surgem na época. Tradicionalmente, o setor de comércio e serviços amplia a equipe por meio de contratos com prazo determinado, ou informalmente, valendo-se dos chamados "extras" -trabalhadores que prestam serviço sem registro. Com a reforma, as empresas poderão empregar funcionários apenas pelo período em que efetivamente precisarem deles -algumas horas ou dias na semana, por exemplo. O funcionário nesse modelo tem a carteira assinada e deve receber todos os direitos -como férias, 13º e FGTS- proporcionais somente ao período trabalhado. Essa possibilidade de formalizar relações de trabalho que na prática já existem, mas de modo ilegal, é um dos principais ganhos da reforma, de acordo com Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da FecomercioSP.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 15/07/2017

## Governo federal infla receitas para conseguir fechar as contas

Diante da resistência do Congresso em aprovar medidas que reforçarão o caixa do governo e do risco de a máquina pública parar em agosto, a equipe econômica saiu à procura de dinheiro extra para tentar liberar cerca de R\$ 4 bilhões para gastos bloqueados desde março. Uma das soluções foi elevar a previsão de receita com precatórios, de R\$ 8,6 bilhões para cerca de R\$ 12 bilhões. O aumento se deve a um novo cálculo do Conselho de Justiça Federal para os precatórios -dívidas do poder público decorrentes de sentenças judiciais- não sacados pelo beneficiário há mais de dois anos. Outros R\$ 800 milhões poderão sair da edição de uma medida provisória que permitirá ao governo resgatar automaticamente as aposentadorias que continuam sendo pagas pelo INSS para beneficiários que já morreram. Muitas vezes, a União só fica sabendo da morte de um beneficiário meses depois e não consegue recuperar o dinheiro que foi depositado.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 15/07/2017